

Parte I

**DESENVOLVIMENTO E
GRANDEZA:**

**O BRASIL COMO
POTÊNCIA EMERGENTE**



Capítulo I

SENTIDO DA TAREFA NACIONAL

O Brasil pode, validamente, aspirar ao desenvolvimento e à grandeza.

Na última década, principalmente, mostrou a Nação ter condições de realizar política de país grande, com senso de seu próprio valor e consciência de responsabilidade — o habitual preço da grandeza. Ao mesmo tempo, mostrou-se apta a realizar uma experiência de desenvolvimento eminentemente dinâmica, associando a vontade política, pela mobilização nacional, à capacidade de fazer, pela ação do setor público, da iniciativa privada e da comunidade.

Assim pôde o País efetivar, em alto grau, o seu potencial de crescimento e dimensão econômica.

Até o final da década, estará o Brasil sob a égide de duas realidades principais: a consciência de potência emergente e as repercussões do atual quadro internacional.

Os eventos mundiais dos últimos meses vieram encontrar o Brasil em explosão de crescimento, caminhando para integrar-se no mundo industrializado. Havendo ultrapassado, na última década, suas próprias e ambiciosas metas econômicas, e, em grande parte, também as sociais, e tendo antecipado, de um ano, os objetivos globais do I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND), estava o País entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento.

Instalou-se, aqui, o maior parque industrial de nação subdesenvolvida. Registraram-se os mais altos índices de expansão, desde a Indústria às áreas de Infra-Estrutura Econômica, a campos sociais como Educação, Saúde, Saneamento, ao setor externo, quer quanto às exportações como às importações. Chegou mesmo a revelar-se um início de escassez de mão-de-obra não qualificada, em centros metropolitanos como São Paulo e Rio de Janeiro.

O Brasil, segundo as novas reestimativas da Fundação Getúlio Vargas (feitas com base nos resultados do Censo de 1970), revelou, em 1973, um Produto Interno Bruto (PIB) correspondente a cerca de US\$ 70 bilhões (Cr\$ 477 bilhões correntes). Isso representa um aumento, em termos reais, de mais de 50% em relação a 1969, e de 110% em relação a 1963.

A renda per capita, em 1973, situou-se na ordem de US\$ 700. Nos últimos quatro anos, a renda per capita nacional aumentou a uma taxa de 7,7%.

Esse desempenho altamente dinâmico, realizado pela Revolução, principalmente no seu III Governo, está permitindo mudar a face econômica e social do País. Isso não obstante, o Brasil é, ainda, sob muitos aspectos, um país pobre.

É verdade que transformações profundas estão ocorrendo, quantitativa e qualitativamente, como consequência dos resultados econômicos e das mudanças sociais e institucionais. Mas perduram contrastes e distorções.

Persistem os desafios da economia ainda vulnerável do Nordeste semi-j árido, e do quase intocado continente tropical úmido da Amazônia, não obstante tudo que notadamente o Governo Medici ali realizou, com iniciativas válidas como o PIN, o PROTERRA, o PROVALE. Perduram os bolsões de pobreza no Centro-Sul industrializado: o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Ribeira, as áreas economicamente decadentes do Estado do Rio de Janeiro.

Persistem problemas na Educação, de quantidade e, principalmente, de qualidade. Setores como o de Saúde, inclusive assistência médica da Previdência, carecem, ainda, de capacidade gerencial e estrutura técnica, e, com isso, se reduz a eficácia dos recursos públicos a eles destinados e se eleva o risco das decisões de aumentá-los substancialmente. Os serviços básicos das áreas metropolitanas são, sabidamente, deficientes, e, às vezes, precários como estrutura gerencial, a exemplo dos transportes coletivos.

Na medida, inclusive, em que se consolidaram os resultados econômicos, passou o problema social a ocupar o primeiro plano das preocupações dos Governos da Revolução. Novos e importantes mecanismos de melhoria de distribuição de renda, a exemplo do PIS, foram instituídos pelo Governo Médici.

Não pretende a Revolução haver, já, resolvido tais problemas.

O que a Revolução mostrou, essencialmente, foi que problemas como esses podem ser resolvidos, com planejamento e capacidade executiva, prevalecendo, sobre quaisquer outros critérios, o interesse nacional. E mais: que podem ser resolvidos sem descontinuação do crescimento acelerado.

Por isso mesmo, em todos esses setores, grande progresso já se realizou. É inegável, embora, que, principalmente aqueles contrastes e distorções cuja correção depende de modernização de estruturas institucionais, no Governo e na sociedade, levam mais tempo do que a nossa consciência social admite. Mas isso não constitui razão para que não se exija uma ação mais produtiva em tais campos.

Esse, até pouco, o quadro das realizações e dos problemas.

Foi nesse impulso para construir uma economia industrial moderna, e superar desequilíbrios, que o País, no esforço de maior sintonia com a economia mundial, se viu alcançado pela conjuntura internacional.

0 Mundo: Distensão Política, Instabilidade Econômica

Poucas vezes a sociedade industrial se encontrou diante de decisões tão graves, e mudanças tão bruscas, como as que se lhe colocam, no momento, particularmente em face da crise de energia.

Confluem, nesse quadro, as distensões no campo político e as inquietações no campo econômico.

A maior aproximação dos Estados Unidos com a União Soviética e a reaproximação daquele país com a China Continental têm levado a perspectivas concretas de cooperação entre Leste e Oeste, com certo recesso da ideologia. Esse clima se complementava com os indícios de multipolarização econômica, principalmente, nos dois campos. Era a consolidação do Mercado Comum Europeu, a afirmação do Japão como superpotência industrial, a emergência da China como potência nuclear, a expansão rápida de várias economias no Leste Europeu.

Nesse cenário, de relativa distensão política, alcançava sua plenitude uma fase de prosperidade mundial prolongada, e quase sem precedentes, principalmente na Europa, no Japão e nos Estados Unidos. Fase que, para todos os países, inclusive para os subdesenvolvidos, trouxe um fato importante: um nível muito mais alto de relacionamento econômico internacional. Tanto para o Primeiro, como para o Segundo e o Terceiro Mundo, a economia internacional passou a ser mais importante que antes, no campo do comércio, da cooperação financeira, do intercâmbio tecnológico.

No fundo do horizonte, entretanto, já se vinham acumulando as tensões econômicas, sob a forma da crise monetária internacional, dos problemas de balanço de pagamentos dos Estados Unidos, das negociações multilaterais de comércio internacional, dos conflitos entre a sociedade pós-industrial e a defesa do meio-ambiente.

Os países subdesenvolvidos acumulavam desapontamentos, sucessivamente.

Assim ocorreu em relação ao problema da ajuda financeira, da transferência de tecnologia, da liberalização de comércio, dos acordos de produtos de base, na medida mesmo em que as nações industrializadas passavam a absorver-se com seus próprios problemas, internos e internacionais.

O receio passou a ser, não, como antes, de que a renda per capita dos desenvolvidos crescesse mais rapidamente, por força de seu menor crescimento populacional, mas de que a própria taxa de aumento do PIB, nas nações industrializadas, continuasse tendendo a crescer mais rapidamente que no mundo subdesenvolvido. Isso, juntamente com as tendências neopro-tecionistas originárias de setores de mais baixo poder competitivo, em países ricos, criava, para os subdesenvolvidos, a sensação de falta de oportunidade.

Sobreveio a crise do petróleo.

A crise de energia já se vinha prenunciando havia pelo menos uma década, sob as vistas descansadas das nações industrializadas. A disponibilidade de petróleo barato e as políticas internas de preços irrealistas para as diversas fontes de energia, mesmo em países como os Estados Unidos, além das pressões de sentido conservacionista, levaram ao subinvestimento no setor e à despreocupação com a pesquisa de novas fontes de energia.

De repente, o mundo industrializado acordou, não apenas para a realidade dos preços quadruplicados do petróleo, e da dependência em relação a fontes externas de energia, mas também para o fato de que o petróleo, que responde por mais de 45% da energia produzida nos Estados Unidos, 63% na Europa e 75% no Japão, pode ter suas reservas mundiais substancialmente reduzidas em 10 a 15 anos.

É nesse sentido que a crise de energia afeta os fundamentos da sociedade industrial moderna. O novo estágio é qualitativamente, e não apenas quantitativamente, diferente do que foi o mundo econômico das últimas décadas.

Importa compreender o que existe de válido na motivação dos países exportadores de petróleo. Proprietários de um insumo essencial não renovável, cujas reservas podem exaurir-se em pouco mais de duas décadas, recorreram eles à forte elevação do preço como forma de absorver uma porção bem maior da riqueza mundial gerada pelo petróleo, presumivelmente para assegurar uma melhor oportunidade de realizar seu próprio desenvolvimento.

É óbvio, todavia, que tal política tem limitações, na preservação do seu próprio interesse de longo prazo. Seria contra o interesse daqueles mesmos países manter em crise o sistema financeiro internacional, porque sobre eles recairiam as conseqüências, ou abalar, duradouramente, a economia dos países desenvolvidos, ou frustrar as economias subdesenvolvidas, que constituem a maioria na comunidade internacional.

Também seria contra seus próprios interesses tornar quase proibitivo o acesso ao petróleo, levando as nações industrializadas à preocupação dominante de livrar-se da dependência em relação a esse combustível, a qualquer preço e no menor prazo.

Importante, por outro lado, seria igualmente, lembrar que, na crise, quem mais se arrisca a perder são os países subdesenvolvidos importadores de petróleo, se os próximos anos não forem favoráveis à expansão de suas exportações e aos preços das outras matérias-primas e alimentos tropicais que fornecem à economia mundial.

As grandes potências continentais ou são auto-suficientes, ou pouco dependem de importações de petróleo. Já os seus aliados, principalmente no Ocidente, foram violentamente abalados. A Europa, muito atingida, sem embargo constitui o destino natural dos depósitos, financiamentos e investimentos do Oriente Médio, com quem rapidamente se poderá associar em vários campos.

Enquanto isso, os subdesenvolvidos carentes de petróleo têm de enfrenar a curto prazo, **deficits** comerciais que, só em petróleo, podem alcançar US\$ 16 bilhões em 1975 e US\$ 35/40 bilhões em 1980. Cabe lembrar que se trata não apenas de encontrar a forma de financiar tais **deficits**, mas de rapidamente melhorar a posição do balanço em conta-corrente, porque há limite para o endividamento externo e pelo fato de que tais dívidas têm de ser pagas, em geral, ao longo de duas décadas.

Isso tudo evidencia a necessidade de acesso, dos subdesenvolvidos, aos centros financeiros, da Europa e dos Estados Unidos, que farão boa parte da reciclagem do dinheiro árabe. E, principalmente, de que, para eles, sejam montados esquemas especiais de financiamento de longo prazo junto às instituições internacionais, como o FMI, o BIRD e o BID. Também indispensável é que novos fundos internacionais se venham a constituir, com recursos dos países exportadores de petróleo e dos industrializados.

Alternativa interessante é que os países do Oriente Médio, principalmente, estabeleçam seus próprios canais de financiamentos, investimentos e comércio para os subdesenvolvidos.

O Brasil se coloca em posição intermediária, nos reflexos da crise do petróleo, entre os que pouco dependem de importações, como os Estados Unidos, e os que delas dependem violentamente, como a maioria dos países europeus. Por outro lado, só dentro de mais algum tempo poderá ser melhor determinado em que medida os minerais não combustíveis, e outros bens primários, que exportamos, serão beneficiados por tendências continuadas à elevação de preços.

Diante de tudo isso, o importante a estabelecer é a orientação básica que o País pretende adotar, no presente cenário internacional. Está o Brasil procurando ajustar-se, rápida e integralmente, às novas circunstâncias, tanto quanto possível adotando ainda este ano as medidas para isso necessárias.

A principal preocupação é adaptar-se, do ponto de vista de estrutura econômica, de forma segura e rápida, às necessidades da situação criada. Isso deverá viabilizar que, com um esquema financeiro externo cuidadoso e inteligente, seja possível preservar o desenvolvimento acelerado.

Tal ajustamento econômico impõe, como já se está fazendo, a eliminação de subsídios ao uso de petróleo e de outros insumos dependentes, substancialmente, de importações. Impõe, igualmente, a mudança de ênfase relativa entre setores econômicos, e dentro da indústria, para reduzir importações ou aumentar exportações. Essas mudanças de ênfase vêm sendo realizadas com determinação e cautela, sem provocar choques, por isso que se efetivam através de alterações nos incentivos financeiros e fiscais.

Os resultados das modificações podem levar, em certos casos, de dois a três anos para manifestar-se, mas todos os ajustamentos, de objetivos e de instrumentos, já foram feitos ou deverão sê-lo em breve.

Isso garantirá ao Brasil a reciclagem econômica indispensável, como base para manter exequível a estratégia nacional de desenvolvimento, no próximo estágio. Estágio em que a grande tarefa será não de, simplesmente, fazer face à crise de energia e outras repercussões da situação mundial, mas fazê-lo sem prejudicar a emergência do Brasil como sociedade industrial.

Objetivos e Opções Nacionais

Em consonância com o binômio Desenvolvimento e Segurança, objetiva a Revolução construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida — moderna, progressista e humana.

O objetivo maior de todo o planejamento nacional é o homem brasileiro, nas suas diferentes dimensões e aspirações.

Assim, aquela construção nacional se fará segundo modelo brasileiro de sociedade aberta, social, racial e politicamente. Sociedade atenta à abertura de oportunidades para o grande número, sem a nenhuma classe ou região deixar à margem do processo de modernização e desenvolvimento, avessa à prevalência de interesses de grupos, classes ou regiões, Sociedade capaz de transformar-se e reformar suas instituições — econômicas, sociais e políticas —, segundo os objetivos da estratégia nacional, respeitando os valores humanos e a identidade nacional da cultura brasileira.

No campo econômico, o objetivo essencial será realizar o pleno potencial de desenvolvimento para o período 1975-1979.

Trata-se de verificar qual o máximo que a sociedade brasileira, devidamente motivada e inteligentemente orientada, com planejamento dinâmico e flexível, poderá realizar, em termos econômicos. Esse enfoque, ultrapassando em alcance os conceitos tradicionais de pleno emprego e plena capacidade, preocupa-se em, pela mobilização nacional, realizar o máximo de desenvolvimento viável para o período, em todos os campos, com seriedade técnica mas também com intuição econômica e vontade política.

Tal orientação, na prática, significa:

- Manter o crescimento acelerado dos últimos anos, com taxas de aumento das oportunidades de emprego da mão-de-obra superiores às da década passada, que já superaram a do crescimento da mão-de-obra que ocorre ao mercado de trabalho.

- Reafirmar a política de contenção da inflação pelo método gradualista.

- Manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos.

- Realizar política de melhoria da distribuição de renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico.
- Preservar a estabilidade social e política, assegurada a participação consciente das classes produtoras, dos trabalhadores e, em geral, de todas as categorias vitais ao desenvolvimento, nas suas diferentes manifestações.
- Realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade da vida, e em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do País.

O Quadro I apresenta as perspectivas da economia brasileira para 1979, consoante os objetivos definidos. Evidentemente, qualquer previsão está fortemente condicionada à evolução da situação mundial. Mas há necessidade de dispor de hipóteses de trabalho.

Está o Governo cômico da dificuldade de manter taxas de crescimento da ordem de 10%, a partir de 1975, em face, principalmente, da plena capacidade alcançada no setor industrial, dos problemas relacionados com a crise de energia e escassez de matérias-primas, e de seus efeitos sobre o balanço de pagamentos.

Será necessário, conseqüentemente, manter atitude flexível, avaliando ano a ano os resultados alcançados, para os ajustamentos indicados. Sem embargo, preferiu-se a opção de preservação do crescimento acelerado, como política básica: para um país que ainda está construindo seu empresariado e sua estrutura industrial, um recuo pode significar violento traumatismo, para a organização empresarial e a viabilização nacional para o desenvolvimento.

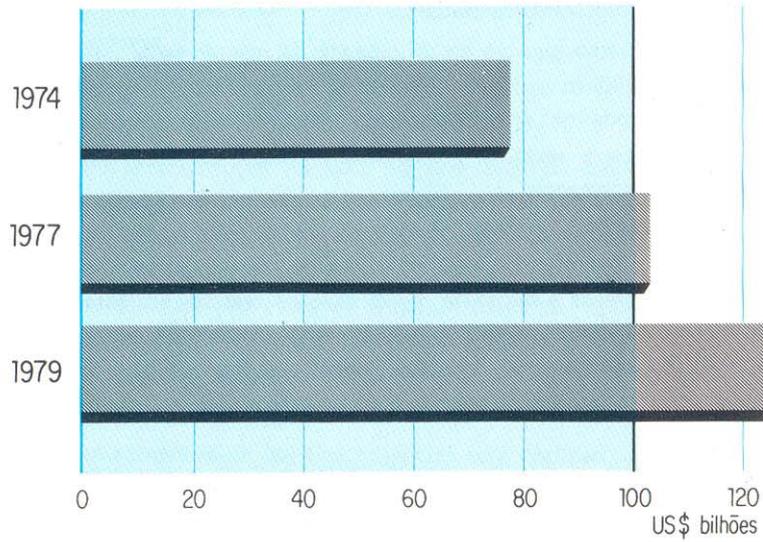
Ficou já ressaltada a importância de, para preservar o crescimento acelerado, manter sob controle a situação do balanço de pagamentos, e superar as dificuldades decorrentes da escassez de vários fatores físicos do crescimento: investimentos em capital fixo, insumos industriais, executivos e técnicos de certas especializações.

Outros requisitos, de sentido mais qualitativo, são, hoje, favoráveis ao País, pela continuidade verificada, como sejam, além da estabilidade social e política: existência de estruturas administrativas, sociais e políticas capazes de permitir a acumulação de resultados, na área econômica e social; articulação natural e fecunda entre o Governo e iniciativa privada; preservação da mudança qualitativa ocorrida, pela qual a política de desenvolvimento e o empresário passaram a pautar-se pelas normas de eficiência e racionalidade; capacidade de atuar, nas relações com o exterior, com pragmatismo e universalismo, sem abrir mão do modelo próprio de sociedade e de desenvolvimento.

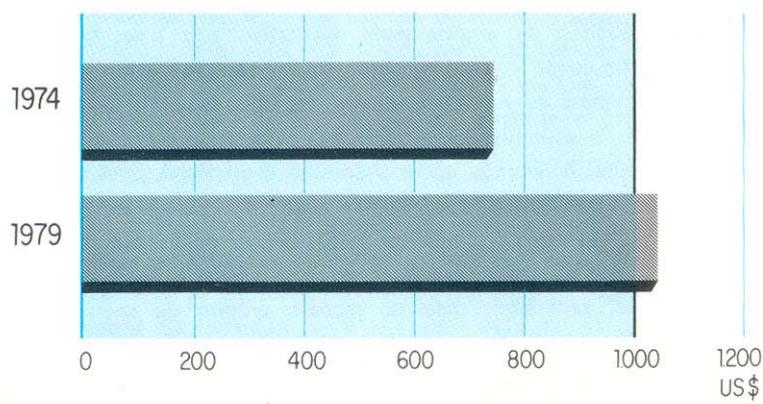
DIMENSÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA

1974-1979

PIB



PIB PER CAPITA



QUADRO I

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA: 1979

MAGNITUDES GLOBAIS	PREVISÃO PARA 1974	INDICADOR PARA 1979	AUMENTO NO PERÍODO
Produto Interno Bruto (PIB) Cr\$ bilhões de 1975 (*)	785	1 264	61
População (milhões)	104,2	119,7	15
PIB Per Capita (Cr\$ mil de 1975)	7,5	10,5	40
PIB (US\$ bilhões de 1973) (**)	78	125	61
PIB Per Capita (US\$ de 1973) (**)	748	1 044	40
Investimento Bruto Fixo (Cr\$ bilhões de 1975)	196	316	61
Consumo Pessoal (Cr\$ bilhões de 1975)	546	847	55
Produto Industrial (Cr\$ bilhões de 1975)	212	374	76
Produto da Indústria de Transformação (Cr\$ bilhões de 1975)	154	274	78
Produto Agrícola (Cr\$ bilhões de 1975)	93	130	40
População Economicamente Ativa (milhões)	32,9	38,0	16
Emprego Industrial (milhões)	6,1	8,1	33
Emprego na Indústria de Transformação (milhões)	3,3	4,2	27
Exportações de Mercadorias (US\$ bilhões)	8	20	150

(*) Valores correspondentes aos dados revistos das Contas Nacionais para o período 1970-1973 (FGV).

(**) Taxa de conversão: Cr\$/US\$ = 6,776, estimada pelo IPEA, para 1973. Como se vê, o cálculo do valor do PIB em US\$ foi feito através da taxa de conversão estimada para 1973 (aplicada ao PIB em cruzeiros de 1973), de modo a evitar todo o emaranhado de realinhamentos, desvalorizações e valorizações verificado posteriormente. Tentar obter uma taxa de câmbio esmerada para 1975 pela divisão do valor do PIB em Cr\$ de 1975 pelo em US\$ é, pois, desprovido de qualquer sentido por serem magnitudes não comparáveis. A propósito da política cambial em 1975 a única coisa que se pode dizer é que continuará o sistema de minidesvalorizações.